

CADE de 12/2 teve situação econômica e fusão de CCIs como destaque. Membros do Chapão cobraram respostas para temas importantes à categoria

A partir dos relatos dos conselheiros que fazem parte do Chapão Sintunesp/Associações, este boletim traz um apanhado sobre as discussões feitas na última reunião do CADE, em 12/2/2020. Inicialmente prevista para ser presencial, a reunião foi realizada por videoconferência, devido às enchentes e alagamentos registrados nos dias anteriores. Com isso, a apresentação “Assédio moral no trabalho: Impactos para os indivíduos e instituições e formas de prevenir”, pela Prof^a. Dr^a. Maria Dionísia do Amaral Dias, do Departamento de Saúde Pública da FMB/Botucatu, ficou prejudicada e será agendada para reunião presencial.

Situação econômica

O boletim econômico foi apresentado de forma sucinta pelo assessor Rogério Buccelli, que se comprometeu a encaminhá-lo na íntegra para os conselheiros. Na visão dele, os principais números são:

No ano passado, em dezembro, por conta do Programa Especial de Parcelamento (PEP), a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrou uma “ótima surpresa”. A quota-parte do Estado (que corresponde a 75% do total) fechou em R\$ 107,5 bilhões. Segundo o assessor, na proposta de 2019 estava previsto um total 108 bilhões, “o que mostra que, mesmo com o PEP, ficamos abaixo do orçado”. Com essa melhora no recolhimento, foi possível descontinuar parte do que estava reservado.

Buccelli disse que o PEP ainda tem mais dois anos de existência, o que leva a prever arrecadações maiores ao longo desse tempo. Ele frisou que o recolhimento superior permitiu o equilíbrio financeiro do Estado e da Unesp. Em 2019, foram pagas 13,8 folhas, incluindo parte do 13º salário de 2018, da folha de dezembro/2018 e o 13º total de 2019. A folha 12/2019 foi empenhada no mês de janeiro/2020.

O assessor destacou, também, que o ano fechou com saldo financeiro de R\$ 151 milhões. Segundo ele, “um sucesso do ponto de vista da gestão financeira”. Além do PEP, contribuiu para isso o ingresso de R\$ 83 milhões, referentes ao repasse da folha de servidores do HC de Botucatu que estão no quadro da Unesp.

A inflação em 2019 foi de 4,3%, maior do que as expectativas, em razão dos aumentos ocorridos no final do ano. Para 2020, a perspectiva é de que seja menor do que 4%. A peça orçamentária prevê esse índice.

Em 2019, a folha de pagamento fechou em 85% do

montante de repasse recebido do ICMS (dados da planilha Cruesp). Esclareceu que os R\$ 83 milhões do HC entraram como receita própria e, com isso, o comprometimento com folha deve chegar a 87%.

Em janeiro 2020, teremos ICMS menor (R\$ 9 bilhões), já que não haverá recursos do PEP no mesmo nível de dezembro. Ainda assim, trata-se de um bom número em relação às expectativas. Buccelli alertou que considera cedo para se prever resultados melhores no restante do ano, mas as indicações são de que isso poderá ocorrer.

Feitas as apresentações do assessor, abriu-se espaço para questionamentos dos conselheiros.

O primeiro questionamento feito pelos membros do Chapão foi sobre como será o repasse dos valores do HC de Botucatu em 2020. Buccelli disse que, conforme conversas prévias com o HC, haverá liberações trimestrais. Como o valor consta no orçamento do HC, será preciso combinar essa liberação. “Vai depender de como a Fazenda liberar esse fluxo. Isso será discutido com a Fazenda em março”, adiantou.

O professor Cláudio Paiva, presidente da Comissão de Orçamento do CADE, comemorou as boas novas em relação à receita, mas ponderou que temos novas despesas, também, em razão da derrubada do teto. Disse que a Comissão de Orçamento deve se reunir logo após o Carnaval para analisar os dados do ano passado e avaliar impactos em 2020. Disse que a comunidade aguarda o cumprimento do que foi orçado.

Neste ponto, o assessor Buccelli interveio, dizendo que são 14 folhas no orçamento, sendo que a de dezembro de 2019 foi empenhada com recursos de 2020. Em 2019, foram pagas todas as folhas de 2019, mais o 13º salário dos autárquicos de 2018 (portanto, financeiro de 14 folhas). Ele antecipou que o problema pode ser que a arrecadação não permita isso, obrigando a reitoria a jogar para 2021 a folha de dezembro de 2020, mas disse ser prematuro afirmar isso. Com relação ao teto, disse ser uma obrigação judicial e terá que ser pago até que o STF decida de modo definitivo como ficará.

Membros do Chapão questionaram se neste ano não deverá ser deixado tudo empenhado, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, e também sobre os recursos relativos ao teto salarial, que, segundo informações do próprio Buccelli anteriormente, ficavam providos em conta própria para fazer frente a essas despesas.

Buccelli respondeu que, em termos de dotação orçamentária, sempre se resguardou



com relação ao teto. Do ponto de vista financeiro, porém, nunca houve conta à parte. A única conta à parte foi a criada para pagamento de 13º salário. Com relação a Lei de Responsabilidade Fiscal, Bucceli disse que, se tomarmos a decisão de empenhar a folha de pagamento de dezembro ainda em 2020, teremos que ter em caixa R\$ 170 milhões para fazer frente a essa despesa.

Foram feitos também questionamentos sobre a reforma tributária, que pode acabar com o ICMS. Bucceli disse que neste ano nenhuma reforma poderá causar impacto. Lembrou que todas as propostas em tramitação indicam o fim do ICMS e que o Estado de São Paulo deve ser o maior interessado nessa discussão. Disse que há quem aposte que isso não ocorrerá neste ano em razão das eleições municipais e, depois, em razão da proximidade das próximas eleições gerais. Lamentou que, toda vez que se discute reforma tributária, o ICMS entra na berlinda. Ele concordou com a proposta de trazer um especialista para discutir o assunto no colegiado.

Teto salarial e situação do conjunto da categoria

Membros do Chapão comentaram a recente decisão do presidente do STF, ministro Dias Tóffoli, que estabeleceu como teto salarial nas universidades estaduais o mesmo previsto nas federais (salário de um desembargador do STF), em lugar do subsídio do governador do estado.

Os conselheiros do Chapão comentaram o fato de o Prof. Sandro ter declarado que o gasto com o pagamento dos docentes acima do teto do governador representará, aproximadamente, 2% da folha da Universidade. Eles salientaram que essa declaração demonstra claramente que a atual administração não tem nenhum compromisso com o corpo técnico-administrativo da Universidade, pois, durante as discussões para a retomada das promoções por escolaridade, o discurso da reitoria era de que isso era impossível, pois não haveria como absorver o impacto na folha de pagamento. Os servidores aceitaram, então, fatiar o retorno das promoções, cujo custo total causaria um impacto de 0,3% na folha. Fatiada a promoção, o custo no ano de 2020 chegaria a 0,12% da folha, caso o pagamento tivesse sido feito desde janeiro, conforme havia sido combinado, mas não cumprido pela reitoria. Ou seja, nosso reitor aceita com tranquilidade absorver um impacto 16 vezes superior àquele provocado pela promoção fatiada dos servidores.

A atual gestão vem seguidamente negando aos servidores o reajuste salarial que reporia a docentes e técnico-administrativos apenas e tão somente as perdas inflacionárias que corroem nossos salários, lembrando que esse reajuste, em 2019, seria de 2,2%, ou seja, pouco mais do que os 2% que, segundo o reitor, causam tão irrisório impacto na nossa folha.

Não podemos nos esquecer, ainda, que sob o mesmo argumento de não haver como suportar impacto na folha, a reitoria negou aos controladores internos o pagamento de Gratificações de Representação, mesmo reconhecendo, nas palavras do Prof. Büll, o mérito daqueles servidores, sempre eles, que precisaram se sacrificar em prol da saúde financeira da Unesp.

Outro conselheiro eleito pelo Chapão disse ser favorável a que todos tenham reconhecidos seus direitos. Um primeiro aspecto levantado foi que se trata de decisão justa, pois devolve ao docente o que ele tem direito em sua carreira.

No entanto, não se nota o mesmo empenho dos reitores para reconhecer o direito e o mérito dos demais servidores das Universidades, cujos vencimentos porventura ultrapassem o teto do Governador.

Membros do Chapão ressaltaram, também, os pisos salariais na Universidade, com trabalhadores recebendo 1,5 salário mínimo. Por fim, reclamaram que o Grupo de Estudos de Carreira tem sido desprezado e desrespeitado pela Administração, com algumas reuniões sendo desmarcadas na véspera e outras que, embora pré-agendadas, são convocadas sem tempo hábil para que os participantes possam se locomover.

Fusão dos CCIs

Constava na pauta da reunião do CADE, para aprovação por maioria simples (mais da metade) dos conselheiros do colegiado, a proposta de fusão dos CCIs da Administração Geral e FCA do Campus de Botucatu (Lajeado e Rubião Jr.)

Lívia Karina de Almeida, da coordenação Geral de Pessoas (CGP), expôs como se dará o funcionamento dos CCIs que serão fundidos. Em relação à GR da atual supervisora do CCI do Lajeado, que só expirará na vacância, dando lugar à GR de Responsável por CCI naquela unidade, ela explicou que isso foi acordado entre as administrações e servidores dos CCIs envolvidos.

Membros do Chapão questionaram o porquê deste assunto não ter passado por análise da CEFA e, também, da pertinência de levantar a opinião dos usuários dos CCIs. O Prof. Büll repetiu que houve um acordo entre as estruturas e, por isso, a questão não foi passada para a CEFA. Disse que há possibilidade de implantação em curto prazo.

Diante desta explicação, membros do Chapão argumentaram que a administração pública não pode ser conduzida por acordos. Eles questionaram também a falta de reuniões da Comissão que estuda compartilhamento e que sequer foi consultada sobre a fusão.

Em resposta, o Prof. Maurizio Babini disse que, provavelmente, na primeira semana de março a comissão se reunirá. Houve também questionamento a respeito da reforma administrativa, que precisa discutir essas questões. Lívia, da CGP, disse que não se trata apenas de reduzir GR (haverá um rebaixamento na GR do responsável pelo CCI do Lajeado, que receberá R\$ 1.200,00 a menos do que o de Rubião), mas de otimizar estruturas e ganhar o trabalho de um agente de desenvolvimento infantil que poderá exercer sua função.

Membros do Chapão reafirmaram que viam com preocupação a forma como o documento está tramitando, já que a CEFA deveria se manifestar sobre o assunto. Ressaltaram que o documento está bem escrito, mas é preciso fazer o caminho natural, ou seja, passar pela análise da CEFA.

Em razão das manifestações contrárias dos membros do Chapão, o Prof. Büll retirou o assunto da pauta e disse que o encaminhará para a análise da CEFA.

Autorizações para concursos

Questionado sobre as autorizações para concursos de servidores técnico-administrativos, que superaram em 20 o total aprovado (50), o Prof. Büll explicou que houve priorização da contratação de ASA para as Unidades e que na reitoria não há ASA.



Lívia, da CGP, explicou que o estudo de impacto levou em consideração o que foi desonerado em 2017 e que o total de contratações fica dentro desse limite. O Prof. Büll disse que o volume de recursos está dentro daquilo que foi previsto e que a decisão do gabinete foi de atender necessidades urgentes da reitoria. Afirmou que o reitor continua com o desejo de restabelecer as condições de trabalho, levando sempre em conta as desonerações.

Membros de Chapão ressaltaram que o CADE havia decidido que qualquer despesa a mais deveria passar pelo colegiado, mas que estas contratações foram feitas por “canetada da reitoria”. Lembraram que, nas unidades, também há inúmeras funções vazias.

O Prof. Cláudio Paiva classificou o ocorrido como “grave, pois o assunto deveria ser levado à Comissão de Orçamento”. Ele reforçou o compromisso assumido no Orçamento de 2020, que estabeleceu como prioridade o pagamento dos 3%, que são parte da dívida da Universidade para com seus colaboradores. Disse que a Comissão foi desrespeitada e que não tem condições de avaliar algo que foi feito à sua revelia.

Alteração de data de reunião em junho

Ainda durante o expediente, o Prof. Arnaldo Cortina propôs uma alteração na data da reunião do mês de junho/2020, de 10 para 17, sob o argumento de que os novos membros eleitos para o Colegiado só poderão tomar posse após 12/06/2020. Os membros do Chapão protestaram contra a tentativa de impor a mudança sem discussão e votação no colegiado, uma vez que o calendário inicial havia sido votado. Caso a data fosse adiada, os atuais conselheiros ficariam de fora da reunião de junho, pois seus mandatos terminam em 12/6.

Após várias manifestações contrárias de membros do Chapão, a proposta foi submetida à votação, não tendo havido número legal para deliberação. A discussão foi adiada para a próxima reunião.

Comunicações da presidência do CADE

O professor Leonardo Theodoro Büll, presidente do CADE, deu os seguintes informes:

- Vale transporte: Considerando os questionamentos encaminhados à Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) pelas Unidades Universitárias acerca do pagamento do benefício Vale Transporte no período de recesso, foi explicado que não houve alteração da legislação vigente que regulamenta a concessão do Vale Transporte quanto ao cômputo de descontos aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos desde o advento da Portaria Unesp nº 540/2005 e alterações (Portarias Unesp nº 121/2006; 341/2015 e 532/2015). Desta forma, foi expedida ratificação das orientações às áreas de Recursos Humanos através de um *e-mail* em 25/11/2019, no qual a concessão do benefício é realizada computando somente os dias efetivamente trabalhados, havendo, portanto, previsão para o desconto do período de recesso e dias sem expediente. A CGP ressalta que a legislação vigente na Unesp tem como base a Lei Estadual nº 6.248/1988 e alterações, que institui o auxílio-transporte no âmbito do Estado de SP. Ainda segundo a CGP, caso as Unidades Universitárias considerassem o período de

recesso, a diferença seria na ordem de R\$ 117.377,26 anuais.

- Promoção por escolaridade: A CGP destacou que, em decorrência das decisões colegiadas da Unesp, os servidores técnico-administrativos que nunca foram promovidos por escolaridade formal já podem requerer esta promoção, que estará vigente a partir de 01/03/2020, quando decorrentes dos certificados de nível médio ou de graduação. No caso dos certificados de pós-graduação, terão vigência após manifestação do Conselho para Assuntos de Recursos Humanos - CARH e da Comissão Permanente da Avaliação da Promoção dos Servidores Técnico-Administrativos - CPAP.

Membros do Chapão comentaram que há servidores que receberão mais de uma promoção de uma só vez. O Prof. Büll disse que são menos de 10 servidores nessas condições, que, segundo a portaria que restabelece as promoções, têm direito a apresentar os títulos de nível médio e graduação.

- Edital/gestão de restaurante universitário: Foi aprovado pela AJ da Unesp, através do Parecer nº 54/2020-AJ, o Edital de Chamamento Público (Lei federal nº 13.019/2014 e Decreto Estadual nº 61.981/2016), destinado à seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC) interessadas em celebrar termo de colaboração para gestão dos restaurantes universitários. O modelo adotado foi com base nos Editais de Chamamento destinados ao “Bom Prato”. Os estudos foram desenvolvidos pela COPE, Coordenadoria de Administração e Assessoria Jurídica da Unesp.

- Licitação para compra de energia elétrica: Por meio da Seção Técnica de Materiais da Reitoria, tramita licitação em andamento destinada à compra de energia elétrica de fonte incentivada no ambiente de contratação livre. Em razão de impugnação ao Edital, foram realizadas adequações e o texto foi republicado em nova data; a sessão do pregão irá ocorrer no dia 3/3/2020.

- Restituição de contribuições previdenciárias e limitação ao teto do Regime Geral de Previdência Social referente aos docentes celetistas nomeados para cargo a partir de 02/10/2013: O presidente do CADE informou que, à vista do Comunicado Propeg 03/2019, de 20/12/2019, a partir da folha de fevereiro/2020, a base de incidência das contribuições previdenciárias estará limitada ao teto do INSS. Ainda nesta folha, com crédito no dia 5 de março, serão restituídas as contribuições recolhidas acima do teto desde a data da nomeação até janeiro/2020, devidamente atualizadas pela UFESP, nos termos da Lei Estadual nº 6.374/1989. O montante perfaz R\$3.454.956,11.

Novo membro na CEAFa

Na reunião do CADE em 12/2/2020, foi discutida a indicação de um membro para a Comissão de Estruturas e de Funções Administrativas (CEAFa), em substituição à professora Karina Anhezini de Araújo. Foi eleito por aclamação o professor Áureo Evangelista. Fazem parte da CEAFa, ainda, o professor Celso Antônio Rodrigues e a servidora técnica-administrativa Beatriz Galvão Nogueira (Chapão).